

MOBILIDADE DOS ESTUDANTES DA ZONA RURAL PARA AS ESCOLAS URBANAS (AMAMBAI - MS)

Rogério da Palma¹

Sonia Machado de Miranda²

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar a mobilidade dos estudantes da zona rural para algumas escolas urbanas no município de Amambai. Através de entrevistas, pudemos perceber os desafios que esses estudantes enfrentam, levantando de madrugada e saindo de suas casas muito cedo para pegar o ônibus, passando por matos, animais, campos, rios, pontes, lavouras e dias chuvosos, estradas em péssimas condições, enfrentam a ida para a escola, e enfrentam toda a trajetória da volta para casa. Com estudo de campo, a realidade que procuramos entender as dificuldades encontradas pelos alunos da zona rural, da sua trajetória de ir estudar e a volta para sua casa.

Palavra Chave: mobilidade; zona rural; escola

Resumen:

Este artículo pretende analizar las dificultades que rural estudiantes día a día para llegar a la escuela, levantándose al amanecer y salir de sus casas muy temprano para coger el autobús, pasando por matos, animales, campos, ríos, puentes, cultivos y días de lluvia, los caminos en terribles condiciones, cara ir a la escuela y la cara todo el camino a casa, hay algunos que llegan demasiado tarde en la casa. Y muchos maestros no saben que dentro de esa aula Madrugadores de los estudiantes, viene de lejos, ir a través de dificultades y aún soñoliento asistir a clase como sea posible. Con estudio de campo, el hecho de que los estudiantes pasan por el artículo, trato de entender las dificultades encontradas por los alumnos del campo, su trayectoria de estudio y de regreso a su casa.

Palavra clave: movilidad; zonas rurales; escuela.

¹ Graduado em Ciências Sociais (2007) pela Universidade Federal de São Carlos. Possui mestrado (2010) e doutorado (2014) em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, e-mail: rpalma@uems.br.

² Graduada em Licenciada em Ciências Sociais pela UEMS/Amambai, e-mail soniamachadamiranda@hotmail.com

Introdução

Neste artigo, analisaremos a trajetória de alguns estudantes que, das áreas rurais, deslocam-se, diariamente, para escolas situadas nos centros urbanos de Amambaí, município localizado no sul de Mato Grosso do Sul. Com a ausência de escolas rurais, muitos moradores do campo são obrigados a estudar nas cidades, percorrendo, boa parte das vezes, grandes distâncias. O objetivo do artigo é compreender a realidade do estudante do campo, especialmente no que diz respeito às suas dificuldades de locomoção até a escola. Todos os dias, a distância percorrida, bem como os perigos enfrentados no caminho (quilômetros percorridos, a pé ou de ônibus, à beira de matas e rios, em dias de sol, frio e/ou chuva), torna a mobilidade dos estudantes das zonas rurais um verdadeiro desafio. Para Miguel Arroyo, “a reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir sua sobrevivência deste trabalho é uma educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.” (ARROYO, 2011, p. 25).

Muitos trabalhadores do campo conhecem seus direitos à educação. Muitos já passam a lutar por esses direitos, reivindicando que seus filhos possam estudar, em busca de um futuro melhor. A realidade do aluno da zona rural, que se desloca diariamente para as escolas urbanas, é muito difícil. Chegam cansados, após terem percorridos grandes distâncias. Muitas vezes, passam frio e fome durante o percurso. Segundo Sandra Dias:

Os resultados mostram que as crianças, ao se deslocarem de um lugar para outro, ficam à mercê do cansaço, dificultando seu aprendizado, já que se dispõem de horários madrugueiros para seu deslocamento. Conclui-se a necessidade de políticas públicas voltadas a atender os alunos do campo: melhorar a infraestrutura, qualidade de educação e adaptações locais, evitando deslocamentos exaustivos, o que prejudica e afeta a aprendizagem das crianças. (DIAS, 2015, p. 219).

As políticas públicas precisam ser voltadas para uma educação de qualidade a esses alunos do campo, analisando cada contexto. Através de entrevistas e da análise de determinadas políticas públicas, tentaremos compreender um pouco da experiência de locomoção dos alunos das zonas rurais até as escolas urbanas no município de Amambaí.

Os desafios durante o trajeto

O município de Amambaí possui várias linhas de transporte escolar que ligam as áreas rurais às suas escolas urbanas. Historicamente, a mobilidade dos estudantes das áreas rurais

para as escolas urbanas, devido exatamente à falta de escolas no campo, tornou-se um problema de gestão pública.

Quando se consideram as dificuldades que o morador da área rural tem em desfrutar os serviços (saúde, educação, bancário etc.) muitos deixam de procurar tais serviços, seja pela ausência do transporte, seja pela falta de recursos para pagar os custos de deslocamento. Dessa forma, gera-se uma população excluída que somente terá melhores condições de vida se for beneficiada por alguma política pública voltada para o transporte (SILVA e ARNT, 2008, p. 9).

Às duas horas da manhã, o ônibus parte da garagem para buscar os estudantes. É a rotina dos motoristas. O ônibus vai pela MS-156, estrada que ainda possui algum trecho de cascalho. A cada ponto, crianças já esperando. O transporte escolar passa por chácaras, sítios, fazendas. Gados, matas, rios e pontes compõem a paisagem, ainda escura pela noite. Um aluno relata que a fazenda (onde seus pais moram e trabalham) fica a cerca de 60 quilômetros dos limites urbanos de Amambai. Ele acorda três horas da manhã, pois o ônibus passa cerca de três e meia. Na maioria das vezes, conta ele, não dá tempo de tomar café da manhã, viajando para a escola sem comer nada. Há dias que não consegue acordar a tempo e não consegue ir. De acordo com os alunos, além do gado, outros animais são avistados durante a viagem, como galinhas, porcos, patos e até onças, porcos do mato, lobos, seriemas, emas e tatus. As estradas não estão nas melhores condições. Quando chove, o ônibus de algumas linhas não consegue rodar. De acordo com os estudantes, dependendo da quantidade de chuva, nem andando eles conseguem sair da propriedade onde habitam.

O que torna uma escola acessível, nesse sentido, não é a quantidade de vagas, mas a possibilidade de as crianças chegarem a mesma. Infelizmente, em nosso país, estar distante de um centro urbano torna mais difícil essa missão, em especial em função da infraestrutura das estradas e dos veículos de transporte em regiões afastadas. (SILVA & ARNT, 2008, p. 2).

Não raras vezes, devido às condições climáticas e das rodovias, o transporte escolar quebra. Alunos relataram já terem permanecido por horas parados na estrada, aguardando a vinda de outro ônibus (ou do trator, em caso de atolamento) ou então, depois de algum tempo, recebendo a notícia de que deveriam retornar para suas casas. Isso faz com que diversos alunos das áreas rurais tenham, exatamente devido às dificuldades de locomoção, uma presença inconstante na escola, perdendo aulas e avaliações.

Muitos percorrem quilômetros até chegar ao local onde o transporte escolar passa, precisa sair de madrugada de suas casas para esperar o transporte. As vezes chegam a dormir dentro do ônibus porque pontes quebraram, ou mesmo o veículo isso quando não ficam horas atolados ou esperando as águas nas estradas diminuírem para que o veículo consiga passar. É parte de sua rotina tomar chuva, ter que voltar para casa porque o ônibus não passou, pois esta (novamente) estragado, ou ficarem no meio do caminho atolados, não chegando, portanto, à escola. (SILVA & ARNT, 2008, p. 7).

Uma estudante afirma acordar quatro horas, embarcar no ônibus às cinco e quinze e chegar à escola às seis e quarenta. De acordo com ela, a escola na qual estuda oferece café da manhã somente a partir das oito e quarenta, tendo que ficar com fome até esse horário. Ela almoça somente quando chega à sua casa, o que acontece, caso não ocorra nenhum imprevisto, por volta de uma e meia da tarde. Ela relata sentir muito cansaço ao longo do trajeto, o que atrapalha a realização de exercícios e estudos na sua casa, local onde ainda tem de ajudar a mãe nos trabalhos domésticos.

Outra dificuldade dos estudantes da zona rural é o acesso a determinadas tecnologias e materiais. Poucos têm acesso à internet; vários têm dificuldade de acesso à papelaria para comprar materiais para maquetes e outros tipos de trabalhos.

A maior dificuldade observada foi a relação a grandes distâncias percorridas diariamente por estes alunos para chegarem ao seu destino, a escola. Muitas vezes, interrompidos por transportes que estragam durante o percurso ou impossibilitados de utiliza-los devido ao mau tempo enfrentado. (OLIVEIRA, 2015, p. 40).

Toda criança tem direito ao acesso à escola. O governo federal, com o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, procurou garantir o acesso do estudante ao local de estudo.

O caminho da escola foi criado pela resolução nº 3 de 28 de março de 2007, e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, mini ônibus e micro-ônibus zero quilometro e de embarcações novas. Já o Programa Nacional de apoio ao transporte Escolar (PNATE) foi instituído pela lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes na área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, distrito Federal e Municípios. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, s. p)

O acesso à educação é um direito garantido na Constituição Federal a todos os brasileiros. Segundo a lei maior do país, é dever do Estado e da sociedade garantir o cumprimento desse direito. Mas no meio rural ou em locais de difícil acesso o direito à escola depende do cumprimento de outra obrigação: a oferta de transporte escolar, sendo a condição básica para que o aluno possa estudar. (DIAS, 2014, p. 224).

A educação é obrigatória para o desenvolvimento das crianças, ela tem capacidade de aprendizagem e para sua formação, e assim a escola deve estimular a criança a continuar seus estudos, para despertar interesses em formar alunos críticos preparados para viver em sociedade.

O problema da alimentação

O governo manda verbas para a alimentação dos estudantes. Segundo uma fiscal de alimentação entrevistada, o dinheiro, porém, é destinado somente para uma única refeição, que é servida às oito horas e quarenta minutos. Os alunos, portanto, não dispõem de almoço após o final do período letivo matutino. A refeição servida varia conforme o dia da semana, mas geralmente são servidos arroz com carne moída, macarronada, canjica com carne de porco, risoto de frango com salada de alface, pão com molho de carne moída e suco de abacaxi. Como não tem almoço na escola, os alunos saem da aula já com fome. Pior para os alunos das áreas rurais, que ainda dependem de um longo percurso até chegar às suas casas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,07
- Pré-escola: R\$ 0,53
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64
- Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36
- Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32
- Ensino integral: R\$ 1,07
- Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. (Governo Federal, 2018, s. p.)

Esses são os valores repassados pelo governo federal à escola para alimentação dos alunos. Por isso, há apenas uma refeição na parte da manhã e outra no período da tarde. O

governo, com o intuito de fortalecer a economia e propiciar desenvolvimento local, tenta criar maneiras para a alimentação seja fresco para a alimentação dos alunos.

O programa é descentralizado e deve respeitar aos hábitos alimentares dos alunos e da região. Dessa forma, os recursos vão diretamente do FNDE para os estados e municípios, distritos federais e as escolas federais a fim de criar as condições não só para o respeito aos hábitos alimentares locais e para a incorporação de alimentos do dia- a –dia e frescos a alimentação da região, fortalecendo a economia local e promovendo o desenvolvimento da região. (GOVERNO FEDERAL, 2012).

Na escola, os professores são obrigados a lidar com alunos em condições físicas e psicológicas distintas.

Na verdade, a proposta para satisfazer aos diferentes níveis de rendimento seria um planejamento que levasse em consideração os interesses da turma e percebesse as dificuldades como etapas a serem trabalhadas e superadas, não como traços de identificação entre os alunos provenientes do campo como os que tem mais dificuldade de aprendizagem.

A educação do campo tem que podem e devem ser observadas e seguidas por uma escola urbana que atende alunos que moram no campo. Para que a identidade dos sujeitos do campo possa ser reconhecida e assumida no trabalho pedagógico escolar, coloca-se algumas transformações que são necessárias e devem estar presentes no cotidiano escolar, além disso são orientações que instigam uma melhoria geral na educação e na escola, seja ela do campo ou não. (THEOTONIO, 2014. p. 7 - 8).

As políticas para o transporte escolar

O Governo Federal estabelece normas que os municípios devem cumprir.

O artigo 216 contempla, no § 3º, a cooperação entre Estado e Municípios para o desenvolvimento de programas de transporte escolar, a fim de "garantir o acesso de todos os alunos à escola".

Ainda sobre a área de atuação de cada um dos entes federativos, a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a partir do art. 8º, estabelece, com maior especificidade, as atribuições e competências no que tange ao desenvolvimento e manutenção dos respectivos sistemas de ensino.

Quanto à área de competência do Município, cabe a transcrição do que dispõe o art. 11 da citada Lei:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de ensino, integrando-as às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI – Assumir o transporte escolar dos alunos na rede municipal. (incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003) (grifado)

Assim, fica absolutamente claro que ao Município compete oferecer o ensino fundamental e a educação infantil, cabendo-lhe, ainda, assegurar o transporte escolar aos alunos matriculados na sua rede de ensino. (art. 208, VII, da CF).(GOVERNO FEDERAL, 2018, s. p.).

Os municípios ficam responsáveis pelo transporte dos alunos, de longe ou perto, para a escola. Muitos locais são de difícil acesso, com estradas ruins. Mesmo assim, a criança precisa ir à escola, sendo o governo local o responsável pela sua locomoção.

Neste caso, o transporte de escolares é uma atividade de extrema responsabilidade, para que o condutor garanta a segurança dele, dos passageiros e das outras pessoas, é preciso manter o veículo em perfeito estado de conservação. É preciso fazer manutenção de rotina para ver se o veículo está funcionando corretamente, deve também cumprir a legislação vigente bem como ser habilitado. (DIAS, 2014, p. 225).

O transporte escolar foi criado pelas políticas públicas do governo federal, a Lei de Diretrizes e a Base da Educação, designando aos estados e municípios à obrigação de transportar os alunos das áreas rurais até as escolas urbanas.

Com o objetivo de garantir esse direito, o governo federal por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia ligada ao Ministério da Educação, criou uma política para o transporte escolar. Essa política é desenvolvida por meio de Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) que garante o repasse de recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para ajudar nas despesas com o transporte dos alunos que moram na zona rural e utilizam o transporte escolar. (DIAS, 2015, p. 224).

O transporte escolar precisa melhorar as condições dos ônibus, com banheiro, com bancos confortáveis, com ar condicionado, para tornar confortável a trajetória dos alunos que se locomovem até a escola, evitando cansaço físico que afeta o aprendizado do aluno. O estudante que reside na zona rural depende do transporte escolar, o Governo Federal repassa verbas para o transporte dos alunos.

No caso do transporte de alunos residentes em áreas rurais às escolas públicas de ensino básico, foram transferidos R\$ 68,1 milhões. Em todo o ano de 2018, foram repassados R\$ 2,79 bilhões para alimentação escolar e R\$ 458,3 milhões para transporte.

Transporte – O Pnate também repassa recursos em dez parcelas a cada ano. São beneficiados estados e municípios que possuem estudantes da educação básica pública residentes nas zonas rurais. A transferência é automática, sem necessidade de convênio, e os recursos devem ser utilizados no custeio de despesas diversas, como consertos mecânicos, compra de combustível ou terceirização do serviço de transporte escolar. (GOVERNO FEDERAL, 2018, s.p.).

É necessário arrumar as estradas, assim como construir pontes adequadas para suportar chuvas e enxurradas, pois os ônibus não têm como buscar os alunos com pontes quebradas.

Perguntas Frequentes Transporte Escolar PNATE

1. Como é feita adesão ao Programa?

Não é necessário fazer adesão ao Programa. A transferência de recursos é realizada de forma automática, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, a partir do momento em que as Prefeituras, Distrito Federal e Estados informem no Censo Escolar alunos, residentes em área rural, que utilizam transporte escolar.

2. Como é feito o cálculo dos recursos do PNATE?

O cálculo tem como base o número de alunos da educação básica pública, residentes em área rural e que utilizam o transporte escolar, informados no Censo Escolar do INEP do ano anterior.

3. Os valores destinados aos municípios serão sempre iguais?

Não, o valor per capita do PNATE a ser repassado ao EEx (Ente Executor), é definido com base no índice "Fator de Necessidade de Recursos do Município - FNRM", criado a partir de pesquisas realizadas com o objetivo de tornar mais justa a distribuição dos recursos. Tal fator considera:

- Percentual da população rural do município (IBGE);
- Área do município (IBGE);
- Percentual da população abaixo da linha da pobreza (IPEADATA);
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (INEP). (GOVERNO FEDERAL, 2018, s. p.)

Figura 1. TABELA DOS ESTUDANTES RURAIS QUE UTILIZAM O TRANSPORTE ESCOLAR

NOME DO ALUNO	FAZENDA	ANO	ONIBUS
C. C. L.	CERRO AZUL	5º ano	Vaticano
B. J. M.	L.V.	8º ano	Beverlim
V. V.	São Geraldo	5ºano	Vaticano
J. F. Dutra	Fazenda Arrozal	7ºano	Vaticano
D. A. P. L.	União	7ºano	Curumçaba
L. P. R.	Fazenda Vaticano	7ºano	Vaticano
AG. R.	Bonança	6ºano	Berverlim
J. H. G. dos S.	Novo Horizonte	6ºano	Novo Horizonte
M. G. R.	Bonança	6ºano	Berverlim
B. O. dos S.	São Geraldo	8ºano	Vaticano
C. A. S. F	Três Poderes	8ºano	Flexa
E. J. R. S.	Pousada dos Tucanos	8ºano	Macaúba
M. C. P.	Alegrete	8ºano	Caarapó
N. S. C.	Estancia Camila	8ºano	Moroti
E. A. O. S.	Laranjeira	9ºano	Sertãozinho
R. M. F.	Chácara Arroio Cora	9ºano	Sertãozinho
E. A. A.	Chácara Arroio Cora	9ºano	Sertãozinho
J. S. L.	Aurora	9ºano	Flexa

A diversidade territorial no contexto escolar

A educação, com o decorrer dos anos, vem se modificando. Está sendo pensada conforme a realidade dos alunos e da comunidade, dependendo da região onde moram, para que possam ter uma educação de qualidade e de inclusão, sem discriminação e aceitando cada um com seu jeito. Alguns alunos já sofreram discriminação por morar no campo, na fazenda e nas chácaras. Em outras palavras, educação de qualidade, inclusão e integração entre os estudantes, professores e os pais.

A diversidade cultural é uma realidade encontrada em todos os níveis da educação, e é cada vez mais elevada em consideração para propiciar uma educação de qualidade e inclusiva. Reconhecer, valorizar e utilizar os conhecimentos dos alunos nas práticas pedagógicas dos professores, no currículo e no projeto político-pedagógico proporcionará a melhora da qualidade da educação para os alunos, maior integração entre professor e aluno e ampliação do envolvimento das famílias no ambiente escolar. (OLIVEIRA, 2015, p. 10).

O aluno do campo traz consigo muito conhecimento, aprendido, que o aluno da cidade às vezes desconhece. São saberes diferentes. No caminho de casa para a escola, eles passam

por vários locais e situações que um aluno da cidade nunca passou; conseguem categorizar os animais, os tipos de plantação e de cercado etc. “A escola então não pode esquecer-se de dar atenção as diferenças. Muito grande é a riqueza de saberes que os alunos trazem consigo até a escola, no entanto esses nem sempre são levados em conta”. (Oliveira, 2015, p. 13). Cada aluno processa as informações de forma diferente, todo o aprendizado recebido ao longo da vida.

Reconhecer o conhecimento dos alunos, o que sabem sobre determinado assunto, partindo da sua realidade, de coisas familiares, para o conteúdo da escola, usando para isso o diálogo, pode colaborar para o alcance dos objetivos e possibilitar maior garantia de aprendizagem. Respeitando as características de cada grupo com qual se está trabalhando se pode desenvolver um projeto pedagógico integrador. (OLIVEIRA, 2015, p. 16).

A escola e o professor, para o desenvolvimento da criança, precisam aceitar a diferença de cada aluno, no seu modo de pensar, agir e se desenvolver.

A escola então como lugar de desenvolvimento de conhecimento, precisa compreender seu papel social como agente transformador, que desenvolver um trabalho para o desenvolvimento de todos os seus alunos e de suas potencialidades. Considerando as diferentes culturas, seus significados, considerando a individualidade dos sujeitos e realizando atividades que propiciem a comunhão entre estas diferenças, de maneira natural e constante, sem dia ou hora marcados. (OLIVEIRA, 2015, p. 24).

O estudante da zona rural vem para a escola apreender, buscar conhecimento, para voltar ao campo com novas perspectivas, com boa formação humana, preparados ao trabalho, com bom estudo, prontos para a realidade perante a sociedade; valorizados pelas conquistas realizadas ao longo da vida social, superando todos os desafios passados. O estudante da zona rural não precisaria se locomover para a cidade se as políticas públicas voltadas especificamente para a população do campo, em especial a construção de escolas rurais, fossem ampliadas. Muitos problemas, sobretudo aqueles relacionados à mobilidade, poderiam ser amenizados.

Considerações finais

Com a pesquisa realizada, obtiveram-se informações sobre as dificuldades que os estudantes das áreas rurais enfrentam ao se locomoverem até as escolas urbanas. Egami Et Al (2008) afirma que “para os estudantes residentes na área rural, o transporte torna-se essencialmente importante para que se consiga ter acesso à escola”. O artigo tentou mostrar um pouco da realidade desses estudantes, articulando o seu cotidiano com a efetivação das políticas públicas de educação. Conclui-se que a mobilidade é um elemento central quando se procura

compreender a experiência dos alunos das áreas rurais que estudam em escolas urbanas. A ampliação das políticas específicas para a população camponesa, em especial a construção de mais escolas rurais, voltadas especificamente para a realidade das populações rurais, é algo necessário quando se pensa tanto o combate à evasão escolar quanto o aumento da inserção desse segmento social no ensino superior.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salet. MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL, *Ministério da Educação*. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/index.php/programa-transporte-escolar>. Acesso: 11 de novembro de 2012.

DIAS, Sandra Henrique. *Crianças do Campo: realidade em estudar em uma escola urbana no Município de Sinop – Mato Grosso*. 2014.

EGAMI, Cintia Yumiko Et Al. *Panorama das Políticas Públicas do transporte Escolar Rural*. *Centro de Formação de Recursos Humanos em Transporte- CEFTRU*. Universidade de Brasília- UNB. Campus Universitário Darcy Ribeiro- Caixa Postal 04516- CEP. 70919-970- Brasília (DF).

GOVERNO FEDERAL. [www.educacao.rs.gov.br/alimentação escolar](http://www.educacao.rs.gov.br/alimentacao_escolar). Acessado em 4 de novembro de 2018, às 15 horas.

OLIVEIRA, Cléia da Silva. *O aluno do Campo na Escola Urbana e sua Diversidade cultural*. Bagé. 2015.

SILVA, Ester S. L.; ARNT, Ana M. *O acesso às Escolas do Campo e o Transporte Escolar*. UNEMAT- Campus- Tangará da Serra -MT. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9239/transporte-escolar-a-obrigacao-do-poder-publico-municipal-no-desenvolvimento-do-programa>>. Acessado em 3 de novembro de 2018, às 14 horas.

THEOTONIO, Andrea Carla Rodrigues. *Inclusão dos alunos do campo na escola urbana: desafios e perspectivas*. 2014, p.1 a 10.